

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 793/XII/2.^a

PELA RENEGOCIAÇÃO URGENTE DA DÍVIDA PÚBLICA E A DENÚNCIA DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Um governo à deriva, sem estratégia económica

Em novembro de 2011, aquando da apresentação do orçamento de estado para 2012, o primeiro-ministro afirmava que este seria “o orçamento que preparará a recuperação económica do país”. E acrescentava: “É precisamente este orçamento, por ser uma etapa inicial de uma estratégia de abertura e desenvolvimento da sociedade portuguesa, que dará uma razão e um sentido a esses sacrifícios [da austeridade]” (Lusa, 10 nov. 2011).

Perante o evidente colapso da economia e das contas públicas em 2012, as expectativas do executivo para a recuperação económica foram, mais uma vez, adiadas: “A nossa perspetiva é que 2013 seja um ano em que, gradualmente a economia portuguesa vai começar a crescer” (Lusa, fev. 2012).

E já a entrar no ano de 2013, o primeiro-ministro afirmava o sucesso da estratégia escolhida: “um país que está a consolidar as contas públicas, reduzindo o défice e a dívida” e, ao mesmo tempo, “a realizar reformas estruturais destinadas a criar crescimento e emprego”.

Este conjunto de declarações é paradigmático. Apenas a obsessão ideológica e o profundo alheamento da realidade demonstrados por este governo são passíveis de transformar um dos maiores colapsos económicos, sociais e políticos numa história de sucesso.

Apesar dos alertas dos mais diversos setores para as consequências nefastas dos processos de austeridade e desvalorização fiscal, este governo optou por prosseguir teimosamente, levando ao extremo o programa assinado com a Troika: cortar no orçamento do estado para reduzir o défice e a dívida; desvalorizar os salários para “promover o emprego e o crescimento”; liberalizar e privatizar serviços públicos para favorecer a atividade privada. Tal como em muitos outros países onde programas do género foram aplicados - da América Latina a África - nenhum destes objetivos foi cumprido e o desastre não podia ser maior.

Ao contrário do prometido, a tentativa de ajustamento orçamental centrou-se sobretudo no corte dos salários e despedimento de funcionários do estado, e no subfinanciamento de serviços públicos básicos: saúde, educação, segurança social. No lado da receita, a coligação dos dois partidos mais “defensores do contribuinte” ficará para sempre lembrada pelo “enorme” aumento de impostos. Por um lado o IVA, que afeta sobretudo pequenos comerciantes e a generalidade dos consumidores; por outro, o IRS, que incide diretamente sobre rendimentos do trabalho. Apenas este ano, cada contribuinte líquido terá de pagar em média mais 1000 euros de imposto.

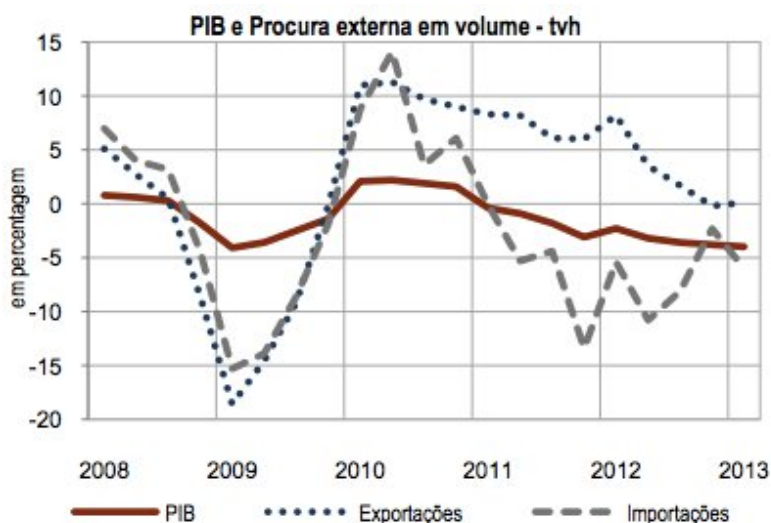
No contexto de uma crise internacional e do natural processo de desalavancagem do setor privado, o governo e a Troika, fizeram exatamente o contrário do que se exigia: mais despedimentos em vez de mais emprego; mais cortes em vez de mais investimento público; menos apoio em vez de maior proteção social; menos dinheiro na economia em vez de mais estímulo monetário. Em vez de contrariar o ciclo recessivo de destruição de riqueza e capacidade produtiva, o governo foi o seu principal impulsionador.

A brutal quebra nos rendimentos do trabalho, combinada com a destruição de postos de trabalho e aumento da carga fiscal - com o objetivo de reduzir o défice - foram os geradores da mesma recessão que impede o equilíbrio orçamental.

O efeito da quebra na procura interna, no setor público e privado, domina o ciclo económico. Apesar da narrativa dos baixos salários como motor de crescimento e atividade, a quebra no investimento privado foi a maior dos últimos 50 anos, e o investimento público não apresentava níveis tão baixos desde 1977. Perante o colapso das maiores componentes do PIB - consumo e investimento - o governo procura

apresentar as exportações como boia de salvação, e o ajustamento externo como prova do êxito económico do país.

Na realidade, os dados indicam que o ajustamento da balança corrente se deve sobretudo a uma redução das importações - fruto do empobrecimento generalizado da população e da quebra na atividade económica. Os dados do Banco de Portugal mostram a tendência decrescente da taxa de variação homóloga das exportações a partir de 2010:



Adicionalmente, o crescimento, cada vez menor, das exportações não pode ignorar a composição interna das mesmas. O aumento das vendas ao exterior deve-se sobretudo à venda de ouro e ao setor de combustíveis e lubrificantes, não sendo por isso representativo de um particular desenvolvimento da economia portuguesa na produção de “transacionáveis”.

A desorientação do governo encontra-se bem patente no caráter insustentável e incoerente da sua estratégia económica: “empreendedorismo” e produção de alto valor acrescentado são por natureza incompatíveis com uma estratégia de baixos salários e desinvestimento público na educação e inovação. Conhecemos bem este último modelo. Foi a receita seguida por sucessivos governos nas últimas décadas e é, em larga medida, o responsável pelos problemas crónicos de investimento e crescimento que em muito contribuíram para os níveis de endividamento do país.

A recessão é cada vez mais grave e impede o ajustamento orçamental

Em suma, sem qualquer plano estratégico para o país que não seja o ataque ao emprego e aos salários, a recessão é a consequência inevitável da austeridade. A espiral recessiva é imparável e ultrapassa sempre as previsões do governo, que mais não tem feito do que correr atrás dos prejuízos. Se, na versão original do memorando, assinado em junho de 2011, a previsão para o crescimento do PIB em 2013 era de 1,2%, em outubro de 2012, o governo já previa uma taxa de -1%. No orçamento retificativo, de maio de 2013, o número foi revisto para -2,3%. Na realidade, a OCDE prevê uma recessão de -2,7% para este ano e o INE indica que, no primeiro trimestre, a economia recuou 4%.

Entre 2011 e 2013, período de governação do atual executivo, a economia portuguesa destruiu cerca de 10 mil milhões de euros e gerou mais 400 mil desempregados. Só em 2011, foram à falência mais de 6600 empresas.

Neste contexto, a natureza profundamente endógena e pro-cíclica do défice torna o ajustamento uma miragem. A destruição da atividade económica e do emprego reduzem a receita fiscal, e obrigam a novos aumentos das taxas que, por sua vez, pelo seu efeito recessivo, voltam a reduzir a receita fiscal. Do outro lado, o aumento do número de desempregados e do nível de emergência social ampliam as necessidades de despesa, apesar nos profundos cortes nos apoios sociais. Esta realidade tem obrigado à sucessiva revisão das metas do défice. O objetivo inicial de saldo de 3,3% para 2013 foi alterado para 4,5% e depois para 5,5%.

Tal como com o PIB, os dados do primeiro trimestre apontam num sentido ainda mais negativo. Depois de dois anos da mais violenta austeridade em nome da consolidação orçamental, o défice atinge os 10,6%. O valor mais elevado desde 2010.

Por outro lado, a evolução do saldo primário para níveis perto de zero (saldo orçamental excluindo a contabilização de juros), tantas vezes referida como um fator de sucesso do processo de ajustamento orçamental, demonstra que todos os esforços de consolidação se destinam ao pagamento de juros da dívida pública.

Fruto da especulação, do aumento da dívida e do empréstimo da Troika, os juros representam já mais de 4% do PIB português em 2013, 5% em 2014 e irão assumir

valores mais elevados no futuro. Por comparação, o peso da educação no orçamento do estado em 2013 não chegou sequer aos 4% do PIB, o que coloca Portugal ao nível da Indonésia, em termos de investimento público no setor educativo.

À medida que o peso dos juros no orçamento aumenta, todos os recursos disponíveis para políticas de criação de emprego e crescimento serão absorvidos pelo serviço da dívida. Até 2020, a dívida exige de Portugal o pagamento de 103,3 mil milhões de euros e ainda terá de gastar 68 mil milhões em juros.

Por sua vez, o descontrolo do défice e a recessão, resultado desta política de austeridade, em conjunto com o aumento dos juros, garantem que a dívida não irá parar de crescer. Apenas entre o final de 2010 e 2013, a dívida pública aumentou 33 pontos percentuais. São mais 21 mil milhões de euros. Este valor é muito superior ao aumento da dívida entre 2000 e 2008, que foi de 21 pontos percentuais.

Também a dívida externa aumentou. Nos últimos quatro anos passámos a dever mais 20 mil milhões ao exterior. À medida que o governo se endivida para garantir o salvamento e os pagamentos à banca especuladora, a dívida pública externa aumenta. Se, em 2009, esta era 30% da dívida externa total, hoje representa já mais de metade do endividamento ao exterior.

Em 2011, ao escolher pagar os juros da dívida em vez de proteger o estado social e os salários, o governo escolheu o caminho da destruição da economia. Tal como reconhecido pelo ex-ministro das finanças Vítor Gaspar, a crise política e social que o país atravessa não é um percalço no caminho da recuperação, mas sim a consequência inevitável das políticas deste governo e da Troika.

A raiz da crise atual reside no caráter autofágico da política da chantagem da dívida, imposta por este governo e pelo memorando. É o austericídio do país.

Em primeiro lugar porque a submissão de níveis cada vez mais elevados de recursos públicos para o pagamento de uma dívida impagável corrói os princípios elementares da democracia. Os acórdãos do Tribunal Constitucional vêm provar isso mesmo. O pagamento da dívida está tornar-se inconstitucional porque não pode ser realizado sem um saque aos trabalhadores, sem destruição do serviço nacional de saúde, da educação ou da proteção aos mais pobres. O pagamento da dívida é antidemocrático.

Em segundo lugar porque, pelo seu efeito recessivo, a austeridade aniquila qualquer hipótese de um processo de ajustamento orçamental bem-sucedido: “o incumprimento dos limites originais do programa para o défice e a dívida, em 2012 e 2013, foi determinado por uma queda muito substancial da procura interna e por uma alteração na sua composição que provocaram uma forte quebra nas receitas tributárias” (Vitor Gaspar). A austeridade gera mais dívida.

Em terceiro lugar porque o pagamento da dívida destrói a economia e provoca o desemprego: “o nível de desemprego e de desemprego jovem são muito graves”. Os mínimos históricos do investimento e emprego implicam que o país irá necessitar de décadas para recuperar a sua estrutura produtiva e a sua mão-de-obra qualificada.

Em quarto lugar porque a tão desejada “transição para uma nova fase do ajustamento: a fase do investimento” não é possível enquanto o centro da política for o ajustamento orçamental. Por um lado porque para isso é necessário apoio e recursos públicos que, como já foi referido, estão a ser consumidos pelo pagamento da dívida. Por outro porque, pelas três razões enunciadas anteriormente, a política do memorando aniquila a “credibilidade e confiança” necessárias para dar início ao novo ciclo.

Portugal está hoje, dois anos depois da entrada em vigor do memorando e de este governo ter tomado posse, mais distante dos objetivos de consolidação orçamental, recuperação da economia e aumento do emprego. Está por isso muito mais perto de um segundo resgate. Perante este falhanço, e “quando as condições são de profunda crise: orçamental, financeira, económica, social e política”, este governo perdeu toda a credibilidade e legitimidade necessárias para conduzir o destino do país. O governo não é credível porque a sua política não tem credibilidade, e a sua política não tem credibilidade porque é hoje óbvio que uma estratégia que prioriza os pagamentos à banca em detrimento de direitos sociais e de sustentabilidade económica não é legítima nem plausível.

À luz da crise social, política e económica, impõe-se hoje, como em 2011, a urgência da escolha entre o pagamento cego dos juros da dívida ou a sobrevivência e soberania do país.

Hoje, como em 2011, o Bloco de Esquerda bate-se por uma reestruturação da dívida em nome da democracia, das pessoas e da economia.

Trata-se, antes de mais, de um princípio elementar de justiça social. Os cidadãos também são credores de mínimos de proteção social, de cuidados de saúde, de garantias de uma educação pública e gratuita para todos e de serviços públicos essenciais. A escolha entre pagar os juros da dívida e cumprir as obrigações plasmadas na Constituição é, acima de tudo, uma escolha ideológica, que rejeitamos.

Do ponto de vista económico, a redução dos encargos com a dívida pública é a única forma credível de libertar os recursos necessários para encetar um processo de recuperação económica e reposição dos direitos sociais. Tal processo implica necessariamente o fim da austeridade. Não existe crescimento económico em austeridade, e não é possível equilibrar as contas públicas sem crescimento.

O Bloco de Esquerda mantém a convicção de que, tal como se torna hoje claro, a chave para a saída da crise não se encontra na proteção dos interesses dos mercados financeiros mas sim na democracia, no emprego e nos direitos sociais. Por isso, a rejeição do memorando da troika, como a reestruturação da dívida, são condições essenciais para que seja finalmente possível ao país empenhar-se num debate sério e democrático sobre o futuro, as políticas de crescimento e de emprego. Só assim será possível pôr fim ao austericídio que perpetua a crise.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Denuncie o memorando da Troika e as políticas de austeridade.
2. Proceda a uma renegociação urgente da dívida pública, nos seus prazos, montantes e taxas de juros, reduzindo o peso do exercício da dívida para permitir a canalização de recursos para investimento produtivo e para a criação de emprego.
3. Realize a renegociação da dívida pública valorizando as seguintes condições:
 - a) Negociação com os credores privados e oficiais para a redução do stock da dívida, tendo em vista o corte em 50% da dívida pública de médio e longo prazo, substituindo-o por novas Obrigações do Tesouro;

- b) As novas Obrigações do Tesouro resultantes deste processo de negociação devem ter um prazo de pagamento a trinta anos, com um período de carência de juros até 2020;
- c) O corte na totalidade do pagamento dos juros do empréstimo internacional, considerando que os principais financiadores obtêm capital a 0% de juro;
- d) Proteção dos pequenos aforradores, nomeadamente dos detentores de certificados de aforro e certificados do tesouro, que representam 5,5% do montante total da dívida, negociando o pagamento do valor nominal dos seus títulos, com uma taxa de juro indexada ao crescimento do PIB, mais um prémio para promover a poupança e o financiamento da dívida;
- e) Indexação do pagamento dos juros da dívida de Bilhetes e Obrigações do Tesouro à evolução das exportações de bens e serviços.

Assembleia da República, 5 de julho de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,